



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES DE STIC

HISTÓRICO DE VERSÕES

DATA	VERSÃO	FASE	AUTOR	OBSERVAÇÕES
17/10/2025	1.0 (1759790)	Planejamento da Contratação	Equipe Planejamento Contratação	

I. DADOS DO PROCESSO

1.1 Processo administrativo SEI nº 0003418-26.2025.6.25.8000

1.2 Objeto: Software de auditoria de dados, monitoramento, automação e controle em ambiente on premise microsoft.

1.3 Unidade(s) Demandante(s) (se houver): Assessoria Técnica de Segurança Cibernética

1.4 Unidade Solicitante: Assessoria Técnica de Segurança Cibernética (ASSEC)

Responsável titular - Selmo Pereira de Almeida ou susbtituta(o) automática(o)/designada(o).

Unidade:
ASSEC/STI

1.5 Unidade Técnica (se houver) : Assessoria Técnica de Segurança Cibernética (ASSEC)

1.6 Equipe de Planejamento da Contratação (se houver)

Integrante Demandante: Titular - Fernando de Souza Lima Substituto - Martha Coutinho de Faria Alves	Unidade: NAC/STI NAI/STI
Integrante Técnico (se houver) : Titular - Selmo Pereira de Almeida Substituto - André Amâncio de Jesus	Unidade: ASSEC/STI ASSEC/STI
Integrante Administrativo (se houver) : Titular - Ricardo Loeser de Carvalho Filho Substituto - Valéria Maria dos Santos	Unidade: ASPLAN/SAO ASPLAN/SAO
1.7 Responsável pela Aprovação do Estudo Preliminar:	
N o m e : Rubens Lisbôa Maciel Filho ou susbtituta(o) automática(o)/designada(o).	Unidade: DG
1.8 Fiscais Previamente Indicados (opcional):	
Fiscal Técnico: Titular - Fernando de Souza Lima Substituto - Cosme Rodrigues de Souza	Unidade: NAC/STI COINF/STI
Fiscal Administrativo: Titular - Ricardo Loeser de Carvalho Filho Substituto - Valéria Maria dos Santos	Unidade: ASPLAN/SAO ASPLAN/SAO
Fiscal Setorial: Não se aplica.	Unidade: Não se aplica.
Gestor do Contrato: Titular - Fernando de Souza Lima Substituto - Cosme Rodrigues de Souza	Unidade: NAC/STI COINF/STI

SUMÁRIO

1. Capítulo 1: Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

1.2 Identificação da demanda no Plano de Contratações de STIC

1.2.1 Alinhamento da Solução

1.3 Caracterização da demanda

1.3.1 Definição e Especificação das Necessidades

1.3.2 Definição e Especificação de Requisitos

1.3.3 Requisitos Funcionais

- 1.3.4 Aderência a padrões e modelos
- 1.4 Atendimento da demanda
 - 1.4.1 Portal do Software Público Brasileiro
 - 1.4.2 Soluções de TIC
 - 1.4.3 Contratações Públicas Similares
 - 1.4.4 Soluções similares em outros órgãos
 - 1.4.5 Modelos de Aquisição/Prestação do Serviço
 - 1.4.6 Capacidade e alternativas do mercado de TIC
 - 1.4.7 Contratações correlatas e/ou interdependentes
- 1.5 Análise dos Custos Totais da Demanda
- 1.6 Escolha e Justificativa da Solução
 - 1.6.1 Descrição da Solução Escolhida
 - 1.6.2 Benefícios Esperados
 - 1.6.3 Resultados Esperados
 - 1.6.4 Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens e/ou serviços Contratados
 - 1.6.5 Estimativa do Custo Total da Solução Escolhida
- 1.7 Declaração de viabilidade da contratação

2. Capítulo 2: Sustentação do Contrato

- 2.1 Adequação do Ambiente
- 2.2 Recursos Materiais e Humanos
- 2.3 Continuidade do Fornecimento
- 2.4 Transição Contratual e encerramento do contrato
- 2.5 Estratégia de Independência Tecnológica

3. Capítulo 3: Estratégia para a Contratação

- 3.1 Natureza do Objeto
- 3.2 Parcelamento do Objeto e Adjudicação
- 3.3 Modalidade e Tipo de Licitação
- 3.4 Vigência do contrato
- 3.5 Equipe de Apoio à Contratação
- 3.6 Equipe de Gestão do Contrato

4. Capítulo 4: Análise de Riscos

- 4.1 Riscos Mapeados

5. Aprovação e Assinatura

6. Ciência da Instância deliberativa de TIC

7. Anexos

Anexo A – Lista de Potenciais Fornecedores

Anexo B – Propostas Comerciais

Anexo C – Contratações Públicas Similares

1. CAPÍTULO 1: ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1.1 O avanço constante das tecnologias da informação e a crescente complexidade dos ambientes digitais têm elevado a necessidade de mecanismos robustos de auditoria, monitoramento, automação e controle em órgãos públicos. A gestão eficiente de sistemas e dados não se limita à simples operação de serviços, mas envolve a garantia de integridade, segurança e conformidade com normas legais e regulatórias, especialmente em ambientes que utilizam infraestrutura local (*on premise*) ou em nuvem (*cloud*), incluindo plataformas Microsoft.

1.1.2 No contexto do TRE-SE, a diversidade de sistemas e a criticidade das informações demandam ferramentas que permitam monitorar em tempo real, automatizar processos de controle e auditar dados de forma centralizada, reduzindo riscos operacionais, falhas de segurança e potenciais inconsistências nos processos administrativos e de prestação de contas.

1.1.3 A contratação de um software especializado nesta área se justifica pela necessidade de:

- Auditar e monitorar dados de forma contínua e confiável, assegurando integridade, rastreabilidade e conformidade com normas internas e legislações pertinentes;
- Automatizar processos de controle, reduzindo esforço manual e mitigando erros humanos;
- Gerenciar ambientes locais (*on premise*) e em nuvem (*cloud*), garantindo controle e visibilidade sobre a infraestrutura e os dados críticos, independentemente do modelo de hospedagem adotado;
- Fornecer suporte à tomada de decisão e à governança de TI, por meio de *dashboards*, relatórios e alertas configuráveis, permitindo respostas rápidas a incidentes e indicadores de desempenho estratégicos;
- Mitigar riscos de segurança e conformidade, incluindo acessos indevidos, alterações não autorizadas e perda de dados críticos.

1.1.4 Ressalta-se que a solução já foi contratada por outros órgãos da Justiça Eleitoral, o que evidencia sua confiabilidade, aderência às normas de governança e eficácia operacional, além de fornecer referências práticas quanto à implantação, utilização e manutenção do software.

1.1.5 Diante deste cenário, a aquisição do software atende aos princípios da eficiência, economicidade e transparência previstos na legislação de contratações públicas, fortalecendo a governança de TI do órgão e garantindo maior segurança, confiabilidade e rastreabilidade nos processos que envolvem dados e sistemas críticos, tanto em infraestrutura local quanto em ambiente de nuvem.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA NO PLANO DE CONTRATAÇÕES DE STIC

1.2.1 ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE-7	Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados
OE-8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades, a um custo aceitável.

Tabela 2 – Alinhamento aos Objetivos Estratégicos. Fonte: Anexo da Portaria Normativa TRE-SE nº 22/2025 (1667427).

ALINHAMENTO AO PDTIC - 2025-2026			
ID	ENTIC-JUD	Justiça Eleitoral de Sergipe	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
OE-7	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
OE-8	Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades, a um custo aceitável.

Tabela 3 – Alinhamento ao Plano Diretor de TIC. Fonte: Anexo da Portaria Normativa TRE-SE nº 22/2025 (1667427).

1.2.1.1 Informa-se que a demanda não consta no Plano de Contratações Anual. Entretanto, considerando a disponibilização de recursos pelo Tribunal Superior Eleitoral, solicita-se, por meio do formulário (doc. 1771924) a inclusão da demanda, nos termos do art. 22, §1º, da Portaria TRE/SE nº 715/2024.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

1.3.1 DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

1.3.1.1 Proporcionar a criação de trilhas de auditoria detalhadas capazes de rastrear todas as atividades relacionadas aos dados monitorados, incluindo alterações de permissões, movimentação de arquivos e acessos não autorizados, bem como a atividade de usuários do Active Directory. Isso é essencial para fornecer evidências confiáveis para procedimentos de coleta e preservação de evidências.

1.3.1.2 Gerar relatórios gerenciais detalhados sobre as atividades de usuários, acesso e uso dos dados, alterações de permissões e configurações. Esses relatórios devem facilitar a documentação das evidências coletadas e prover insights acionáveis e recomendações para melhorar a postura de segurança e mitigar riscos.

1.3.1.3 Oferecer recursos de identificação de comportamentos suspeitos e atividades maliciosas (por meio de análise comportamental e machine learning) para detecção precoce de ameaças. Deve apoiar as equipes em atividades de resposta a incidentes e auxiliar na auditoria e conformidade regulatória.

1.3.1.4 Monitorar as atividades de acesso e uso dos dados em tempo real, registrando quem acessou, quando, quais arquivos foram visualizados, modificados ou copiados. Deve ter capacidade de monitoramento de dados não estruturados (documentos, e-mails, logs) exclusivamente em ambientes on premise.

1.3.1.5 Ser capaz de auxiliar na aderência a regulamentações de privacidade e proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (Resolução CNJ nº 396/2021).

1.3.2 DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS

1.3.3 REQUISITOS FUNCIONAIS

1.3.3.1 Requisitos de arquitetura tecnológica

1.3.3.1.1 Os requisitos estão dispostos no anexo “Especificações Técnicas”.

1.3.3.2 Requisitos de Capacitação

1.3.3.2.1 Os requisitos estão disponíveis no anexo "Especificações Técnicas".

1.3.3.3 Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

1.3.3.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá ofertar garantia do fabricante por 24 (vinte e quatro) meses. A garantia refere-se ao período oficial de suporte da solução, fornecido por seu fabricante, compreendendo o fornecimento de atualizações e correções durante todo o ciclo de vida da solução.

1.3.3.4 Requisitos de projeto e de implementação

1.3.3.4.1 Os requisitos estão dispostos no anexo “Especificações Técnicas”.

1.3.3.5 Requisitos de implantação

1.3.3.5.1 Os requisitos estão dispostos no anexo “Especificações Técnicas”.

1.3.3.6 Requisitos de experiência profissional

1.3.3.6.1 Os profissionais da(o) CONTRATADA(O) deverão comprovar experiência prévia na implementação da solução objeto desta contratação.

1.3.3.7 Requisitos de formação da equipe

1.3.3.7.1 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

1.3.3.8 Requisitos Temporais

1.3.3.8.1 O prazo de entrega das licenças é de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, conforme o caso.

1.3.3.8.2 Os serviços de implantação, parametrização e operacionalização das licenças será de até **15 (quinze) dias corridos**, contados da entrega das licenças.

1.3.3.8.3 O treinamento oficial deve ser ministrado em em até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da comunicação do gestor de contrato.

1.3.3.8.4 A(O) CONTRATADA(O) deve estar atenta(o) aos demais prazos estabelecidos neste Instrumento e nos demais anexos do Ato Convocatório.

1.3.3.9 Requisitos de Segurança e Privacidade

1.3.3.9.1 Deve ser capaz de auxiliar na aderência de regulamentações associadas a privacidade e proteção de dados, como a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); a Resolução CNJ nº 396, de 7 de junho de 2021 - institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ); as Normas Internacionais de Segurança da Informação (ISO 27001/27002/27005/22301) e CIS Control V.8 (Critical Security Controls), dentre outras.

1.3.3.10 Requisitos Ambientais, Sociais e Culturais

1.3.3.10.1 Os softwares aplicativos e interface do software devem ter a possibilidade de escolha de idioma pelo usuário. Será admitido o idioma inglês somente quando não existir uma versão no idioma português do Brasil.

1.3.3.10.2 Visando a inclusão social, a solução deverá possuir um modo de operação para pessoas com dificuldade ou incapacidade de diferenciar cores.

1.3.3.10.3 Quanto aos requisitos sociais, os profissionais da(o) CONTRATADA(O), quando nas dependências do TRE-SE, deverão apresentar-se com crachá de identificação, vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional.

1.3.3.11 Requisitos Legais

1.3.3.11.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), à Resolução CNJ 468, de 15 de julho de 2022 (Dispõe sobre diretrizes para contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça) e a outras legislações aplicáveis, tais como:

a) Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal;

b) Resolução CNJ nº 370/2021, institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

c) Resolução CNJ nº 396, de 7 de junho de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

d) Portaria Nº 162 de 10 de junho de 2021 (e anexos), que aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

e) Norma Complementar nº 08 /IN01/DSIC/GSIPR - Estabelece as Diretrizes para Gerenciamento de Incidentes em Redes Computacionais nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

f) Norma Complementar nº 21 /IN01/DSIC/GSIPR - Estabelece as Diretrizes para o Registro de Eventos, Coleta e Preservação de Evidências de Incidentes de Segurança em Redes nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

g) LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei no 13.709/2018);

h) Marco Civil da Internet Lei no 12.965/2014;

i) Resolução TSE Nº 23.644, de 1º de julho de 2021, Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.

j) Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

l) Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024).

1.3.3.11.2 Deverão ser observadas, no que se aplicar, as boas práticas de mercado conforme estabelecido nos padrões e metodologias descritas a seguir:

- a) NBR ISO/IEC nº 27001:2013 (Sistemas de gestão da segurança da informação — Requisitos);
- b) NBR ISO/IEC nº 27002:2013 (Código de prática para controles de segurança da informação);
- c) BR ISO/IEC nº 22301:2020 (Segurança da sociedade — Sistema de gestão de continuidade de negócios — Requisitos);
- d) NBR ISO/IEC nº 27005:2019 (Gestão de riscos de segurança da informação); e
- e) NBR ISO/IEC nº 31000:2018 (Gestão de riscos – Diretrizes).

1.3.3.11.3 A solução a ser contratada deve ainda atender a conformidade de normas ISO relacionadas à segurança da informação, dentre elas:

- a) ISO 27001: Esta norma estabelece requisitos para um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) e fornece diretrizes para a implementação de controles de segurança adequados. O objeto da contratação deve oferecer recursos que possibilitem o atendimento aos requisitos da ISO 27001, como a detecção de violações de acesso, controle de permissões, monitoramento de atividades e análise de riscos.
- b) ISO 27002: Essa norma ISO fornece diretrizes para implementação de controles de segurança da informação. O objeto da contratação deve auxiliar na implementar controles de segurança recomendados pela ISO 27002, como a classificação de dados, a auditoria e monitoramento de eventos, a gestão de identidades e acessos, entre outros.
- c) ISO 27005: Esta norma trata da gestão de riscos de segurança da informação. O objeto da contratação de oferecer recursos de análise de riscos, como a identificação de atividades suspeitas, análise de comportamento, detecção de ameaças internas e recomendações de permissões de acesso, que auxiliam na implementação de uma abordagem de gerenciamento de riscos eficaz.
- d) ISO 22301: A norma 22301 é específica para a gestão de continuidade de negócios. Embora o objeto da contratação possua como principal foco a segurança da informação, os recursos de monitoramento, detecção de ameaças e análise comportamentais esperadas na aludida solução podem contribuir indiretamente para a resiliência e continuidade dos negócios, fornecendo informações valiosas para a tomada de decisões relacionadas à continuidade operacional e gestão de incidentes cibernéticos.

1.3.3.12 Demais Requisitos Aplicáveis

1.3.3.12.1 Não se aplica.

1.3.4 Aderência a padrões e modelos

1.3.4.1 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI.

1.3.4.1.1 Não se aplica.

1.3.4.2 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

1.3.4.2.1 Não se aplica.

1.3.4.3 Modelo de Requisitos MoReq-Jus

1.3.4.3.1 Não se aplica.

1.4 ATENDIMENTO DA DEMANDA

1.4.1 PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO

1.4.1.1 Não se identificou solução capaz de atender aos requisitos estabelecidos.

1.4.2 SOLUÇÕES DE TIC

1.4.2.1 Alternativas de Solução

1.4.2.2 A necessidade identificada demanda a adoção de um **software capaz de realizar auditoria, monitoramento, automação e controle** no ambiente Microsoft on-premise. Diante dessa característica eminentemente tecnológica, a solução deve necessariamente envolver o **uso de ferramenta de software** — não havendo alternativas viáveis de natureza distinta (como prestação de serviço isolada ou solução exclusivamente manual).

1.4.2.3 Dentro desse contexto, foram identificadas **duas formas possíveis de atendimento da necessidade**:

a) **Utilização de software open source (sem custos de licenciamento)** ; ou

b) **Aquisição de software comercial específico.**

1.4.2.4 Essas alternativas se diferenciam essencialmente quanto ao **modelo de licenciamento, suporte técnico, manutenção evolutiva e nível de segurança da informação oferecido**, aspectos que devem ser analisados para determinar a opção mais vantajosa sob a ótica técnica e operacional.

1.4.2.5 Utilização de software open source (sem custos de licenciamento)

1.4.2.5.1 As soluções gratuitas, embora possam representar economia inicial, apresentam **limitações significativas em termos de suporte técnico, atualização e segurança da informação**. Normalmente, **não há atendimento especializado nem contrato de manutenção** que assegure resolução de falhas, atualizações corretivas ou suporte em incidentes. Além disso, a **ausência de manutenção regular** pode resultar em **falhas de segurança não corrigidas**, expondo o ambiente a **ameaças cibernéticas e violações de dados**.

1.4.2.5.2 Outro fator crítico é que muitos desses projetos dependem de **comunidades voluntárias**, o que torna **incerta a continuidade e a frequência de atualizações**. Em consequência, há **risco elevado de descontinuidade**, especialmente em soluções sem estrutura empresarial consolidada. Soma-se a isso a **possível falta de conformidade com políticas institucionais**, requisitos de **segurança da informação, LGPD e normas internas de gestão de TIC**, além da **indefinição de responsabilidade técnica**, que dificulta a rastreabilidade de incidentes e a responsabilização em caso de falhas.

1.4.2.5.3 Conclusão:

1.4.2.5.3.1 Considerando os riscos apresentados, bem como a necessidade de **confiabilidade, rastreabilidade e conformidade normativa**, **não se recomenda a adoção de soluções sem custo** para atendimento da demanda.

1.4.2.6 Aquisição de software comercial específico

1.4.2.6.1 A aquisição de um software comercial específico apresenta inúmeras vantagens

estratégicas e operacionais para o atendimento da necessidade identificada. Diferentemente das soluções open source, o software comercial oferece **garantia de suporte técnico contínuo**, manutenção evolutiva programada e atualizações de segurança regulares, assegurando a integridade e confiabilidade do ambiente Microsoft on-premise.

1.4.2.6.2 Além disso, a solução comercial disponibiliza **contratos formais de manutenção e SLA (Service Level Agreement)**, que definem claramente prazos, responsabilidades e níveis de atendimento, garantindo **rastreamento e resolução rápida de incidentes**. Este aspecto é fundamental para a mitigação de riscos relacionados à segurança da informação, conformidade com a LGPD e políticas institucionais de TIC, bem como para assegurar a continuidade operacional sem interrupções.

1.4.2.6.3 Outro ponto positivo é a **estabilidade e previsibilidade do ciclo de vida do software**, uma vez que fornecedores comerciais possuem estrutura empresarial consolidada, equipes especializadas e roadmap de desenvolvimento, o que reduz significativamente o risco de descontinuidade ou de falhas críticas.

1.4.2.6.4 Adicionalmente, soluções comerciais frequentemente oferecem **recursos avançados de auditoria, monitoramento, automação e controle**, com funcionalidades específicas para ambientes corporativos de grande porte. Isso permite um gerenciamento mais eficiente, uma visão completa do ambiente e maior segurança nos processos internos, proporcionando benefícios diretos à operação e à governança de TI.

1.4.2.6.5 Conclusão:

1.4.2.6.5.1 Diante da necessidade de confiabilidade, segurança, conformidade normativa e suporte especializado, a aquisição de software comercial específico constitui a alternativa mais vantajosa, garantindo não apenas a eficiência operacional, mas também a **proteção do patrimônio tecnológico e da informação institucional**.

1.4.3 CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES

1.4.3.1 Ministério Público do Trabalho - Contrato nº 47/2024 (doc. 1767797);

1.4.3.2 Tribunal Superior Eleitoral - Contrato nº 19/2024 (doc. 1767938);

1.4.3.3 SESC Regional do Distrito Federal - Pregão Eletrônico SRP nº 90033/2025 (doc. 1767974);

1.4.3.4 Edital do TRE-PA - Pregão 43/2023 (doc. 1719924).

1.4.4 SOLUÇÕES SIMILARES EM OUTROS ÓRGÃOS

1.4.4.1 Não foi identificada, em outros órgãos, a contratação de solução similar que não tenha sido contemplada entre as alternativas de solução apresentadas.

1.4.5 MODELOS DE AQUISIÇÃO/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1.4.5.1 Diferentes modelos de prestação do serviço.

1.4.5.1.1 Os softwares comerciais podem ser disponibilizados de diferentes formas:

- **On-premise (instalação local):** o software é adquirido e instalado nos servidores internos, permitindo total controle sobre os dados e a infraestrutura.
- **SaaS (Software as a Service / nuvem):** o software é disponibilizado via assinatura em nuvem, com manutenção, atualizações e suporte gerenciados pelo fornecedor.
- **Modelo híbrido:** combina recursos on-premise com funcionalidades em nuvem, oferecendo flexibilidade operacional e escalabilidade.

1.4.5.1.2 Cada modelo deve ser avaliado considerando requisitos de segurança, desempenho, conformidade e continuidade operacional.

1.4.6 CAPACIDADE E ALTERNATIVAS DO MERCADO DE TIC

1.4.6.1 O mercado de soluções para segurança da informação, auditoria de acessos e governança de dados é consolidado e competitivo, com plataformas maduras e reconhecidas pela robustez.

1.4.6.2 Entre os principais fornecedores estão Manage Engine, Netwrix, Varonis, StealthBITS e SailPoint, adotados por instituições públicas e privadas devido à escalabilidade, robustez e conformidade com normas de segurança.

1.4.6.3 A Manage Engine oferece o ADAudit Plus, ferramenta de auditoria e monitoramento de Active Directory, Windows Server e Azure AD, com relatórios detalhados e fácil implantação, mas limitada em análise comportamental avançada.

1.4.6.4 A Netwrix, com o Netwrix Auditor, proporciona rastreamento de acessos, atividades administrativas e alterações em dados críticos, com arquitetura modular e suporte a ambientes híbridos, focando mais em auditoria do que em detecção proativa de anomalias.

1.4.6.5 O Varonis oferece visibilidade granular de acessos, monitoramento contínuo de usuários e classificação de informações sensíveis, utilizando IA e machine learning para detectar padrões anômalos, com integração a sistemas locais e em nuvem.

1.4.6.6 A StealthBITS, incorporada à Netwrix, foca em auditoria e controle de acessos privilegiados, detecção de vulnerabilidades e gerenciamento de identidades de alto privilégio, reduzindo riscos e uso indevido de credenciais.

1.4.6.7 A SailPoint atua em Identity Governance and Administration (IGA), automatizando concessão e revogação de acessos, aplicando políticas de conformidade e integrando diretórios corporativos e aplicações em nuvem, complementando soluções de auditoria e segurança de dados.

1.4.7 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

1.4.7.1 A presente contratação apresenta correlação com iniciativas já realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral, destacando-se a licitação conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), na qual diversos tribunais participaram do processo e a solução Varonis DatAdvantage foi vencedora do certame (doc. 1719930), bem como a contratação do Tribunal Superior Eleitoral (doc. 1767938), que já uso da ferramenta.

1.5 ANÁLISE DOS CUSTOS TOTAIS DA DEMANDA

1.5.1 A análise dos custos totais da demanda abrange o valor global de aquisição, implantação, suporte e manutenção da solução, bem como os benefícios econômicos, técnicos e institucionais decorrentes de sua adoção.

1.5.2 Considerando que o **TSE** e a **maioria dos Tribunais Regionais Eleitorais** já adotam a solução do fabricante **Varonis**, entende-se que esta representa a alternativa mais adequada para o momento. A adoção dessa solução reforça a **coerência e a uniformidade estratégica** da Justiça Eleitoral, permitindo a consolidação de uma **política institucional de cibersegurança unificada**. Essa convergência promove **interoperabilidade, padronização de processos e maior coordenação** entre os tribunais, contribuindo para a **redução de custos operacionais** e o **fortalecimento da governança de TIC**.

1.5.3 A adoção dessa mesma solução proporciona **vantagens institucionais e operacionais** relevantes, tais como:

- **Fortalecimento da estratégia de cibersegurança da Justiça Eleitoral**, ao consolidar práticas e políticas de proteção de dados em todo o sistema;
- **Facilitação da cooperação e da interoperabilidade entre tribunais**, garantindo alinhamento de procedimentos, protocolos e fluxos de auditoria;
- **Redução de riscos técnicos e inconsistências**, evitando soluções fragmentadas ou divergentes entre unidades;
- **Ganho de eficiência operacional e mitigação de riscos de conformidade**, por meio da automação de controles e auditorias;
- **Flexibilidade futura**, uma vez que a padronização atual não implica dependência tecnológica, permitindo novas licitações ou a avaliação de alternativas, caso surjam necessidades distintas.

1.5.4 Dessa forma, a adoção da solução do fabricante **Varonis** apresenta-se como a opção mais **eficiente, segura e sustentável**, assegurando **melhor relação custo-benefício e alinhamento institucional** com a estratégia de cibersegurança e governança de dados da Justiça Eleitoral.

1.5.5 Diante desse cenário, a análise do **Custo Total de Propriedade (TCO)** será restrita às necessidades e características específicas da solução do fabricante mencionado no parágrafo anterior, por tratar-se da única alternativa que, neste momento, atende integralmente aos requisitos técnicos, operacionais e institucionais identificados para o atendimento da demanda.

Item	Especificação do produto/ serviço	Unidade de medida	Quantidade	Custo Envolvido (Valor unitário)	Valor Total contratado pelo órgão	Referência
1	LICENÇA DE USO, COM GARANTIA, DE SOFTWARE DE PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE USUÁRIOS DO MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY, SERVIDORES DE ARQUIVOS ON PREMISE WINDOWS OU LINUX E NAS (Network Attached Storage) POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES.	Usuário	1200	R\$ 2.320,00	R\$ 2.784.000,00	JF (1772270)
				R\$ 2.377,00	R\$ 2.852.400,00	TRE/CE (1772281)
				R\$ 2.377,00	R\$ 2.852.400,00	TRE/BA (1772272)
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	Serviço	1	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00	JF (1772270)
				R\$ 38.852,00	R\$ 38.852,00	TRE/CE (1772281)

				R\$ 38.852,00	R\$ 38.852,00	TRE/BA (1772272)
3	TREINAMENTO OFICIAL, NA FORMA REMOTA (ONLINE), COM DURAÇÃO DE 20 HORAS, PARA ATÉ 10 (DEZ) PARTICIPANTES	Turma	1	R\$ 37.000,00	R\$ 37.000,00	JF (1772270)
				R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	TRE/CE (1772281)
				R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	TRE/BA (1772272)
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					JF (1772270)	R\$ 2.840.000,00
					TRE/CE (1772281) TRE/BA (1772272)	R\$ 2.927.252,00

1.5.5.1 A quantidade de **1.200 (mil e duzentas)** unidades informada na tabela refere-se à **quantidade que se pretende contratar** nesta demanda, e **não à quantidade efetivamente contratada** pelos órgãos utilizados como referência, cujos quantitativos estão descritos abaixo:

- **JF:** 550 (quinhentas e cinquenta) unidades;
- **TRE/CE:** 1.400 (mil e quatrocentas) unidades;
- **TRE/BA:** 2.500 (duas mil e quinhentas) unidades.

1.6 ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

1.6.1 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1.6.1.1 A solução escolhida consiste na **aquisição de licenciamento, implantação, suporte e manutenção da plataforma Varonis DatAdvantage**, destinada à **auditoria, monitoramento, automação e controle de acessos e dados sensíveis** em ambientes **Microsoft on-premise**.

1.6.1.2 A escolha fundamenta-se na comprovada **aderência técnica** da solução às necessidades do TRE-SE e na **uniformização estratégica** da Justiça Eleitoral, tendo em vista que o **TSE** e a **maioria dos Tribunais Regionais Eleitorais** já adotam a plataforma do mesmo fabricante. Essa convergência promove **padronização de processos, interoperabilidade entre tribunais e fortalecimento da política institucional de cibersegurança**, reduzindo custos operacionais e riscos técnicos.

1.6.1.3 Características e Abrangência da Solução

1.6.1.3.1 A solução abrange o ciclo completo de vida do objeto, compreendendo as seguintes fases e componentes:

a) Aquisição e licenciamento: fornecimento das licenças de software necessárias ao ambiente on-premise, com suporte e direito a atualizações durante a vigência contratual;

b) Implantação e configuração: instalação, parametrização e integração com os serviços de diretório e repositórios de dados corporativos, assegurando o funcionamento em conformidade com as políticas de segurança do órgão;

c) Treinamento e transferência de conhecimento: capacitação técnica da equipe interna para operação, administração e customização da solução;

d) Operação e monitoramento: utilização contínua da ferramenta para auditoria, automação de controles e geração de relatórios de conformidade e segurança;

e) Manutenção e suporte técnico: execução de serviços de manutenção **preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa**, com suporte remoto e garantia técnica durante todo o contrato;

f) Atualização tecnológica: aplicação de releases e upgrades do fabricante, mantendo a solução atualizada e em conformidade com os requisitos de cibersegurança.

1.6.2 BENEFÍCIOS ESPERADOS

1.6.2.1 A contratação pretende alcançar os seguintes **benefícios diretos**, observados sob as dimensões de eficácia, eficiência e economicidade:

a) Eficácia: a solução deverá assegurar o **acesso efetivo e seguro** das(os) usuárias(os) do Tribunal aos recursos computacionais sustentados pelo ambiente **Microsoft Windows**, **reduzindo significativamente os riscos de ataques cibernéticos**. Além disso, deverá estar plenamente **alinhada às diretrizes da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-JUD)**, instituída pela **Resolução CNJ nº 396/2021**, promovendo a conformidade institucional com os padrões de segurança estabelecidos.

b) Eficiência: a solução deverá **atualizar e ampliar os recursos tecnológicos de segurança da infraestrutura**, mediante **processos de auditoria mais ágeis, automatizados e precisos**, contribuindo para o **aumento da disponibilidade dos sistemas corporativos e finalísticos** baseados na plataforma **Microsoft Windows** do Tribunal. Adicionalmente, deverá **melhorar a capacidade de gestão das auditorias técnicas**, fornecendo **indicadores, relatórios e trilhas de auditoria** que possibilitem o acompanhamento contínuo da conformidade e da integridade dos dados.

c) Economicidade: a adoção da solução proporcionará **melhor aproveitamento dos investimentos realizados em infraestrutura de TIC**, assegurando **redução de custos operacionais** decorrente da automatização de processos e da diminuição de incidentes de segurança.

1.6.2.2 Benefícios Indiretos

1.6.2.2.1 Os **benefícios indiretos** resultam das consequências do alcance dos benefícios diretos anteriormente descritos e representam **ganhos institucionais e operacionais de médio e longo prazo**, conforme listado a seguir:

a) Preservação e fortalecimento da imagem institucional do TRE-SE e da Justiça Eleitoral, mediante a garantia da **qualidade, disponibilidade e segurança dos serviços digitais** prestados ao público interno e externo;

b) Redução de esforços operacionais e aumento da produtividade das equipes técnicas, promovendo uma **dinâmica mais eficiente e confiável** nos processos de auditoria e gestão de segurança da informação;

c) Aperfeiçoamento contínuo da maturidade em cibersegurança institucional, reforçando o compromisso do Tribunal com a governança de TIC e a proteção de dados sensíveis.

1.6.3 RESULTADOS ESPERADOS

1.6.3.1 Com a contratação da solução de software de auditoria de dados, monitoramento, automação e controle em ambiente on-premise Microsoft e em ambiente de colaboração em nuvem, espera-se alcançar os seguintes resultados:

a) Transparência e Governança: disponibilização de relatórios e trilhas de auditoria confiáveis, em conformidade com órgãos de controle e marcos legais.

b) Segurança e Conformidade: mitigação de riscos de acessos indevidos e incidentes de

segurança, em aderência à LGPD, LAI e demais normativos aplicáveis.

c) Monitoramento Contínuo: visibilidade centralizada sobre ambientes on-premise e de colaboração em nuvem, com identificação proativa de anomalias e vulnerabilidades.

d) Eficiência Operacional: automação de rotinas de auditoria e controle, otimizando recursos humanos e reduzindo retrabalho.

e) Gestão de Acessos: aplicação do princípio do menor privilégio e segregação de funções, garantindo maior segurança e confiabilidade.

f) Apoio à Tomada de Decisão: relatórios analíticos consolidados que subsidiem decisões estratégicas e aprimorem processos internos.

1.6.4 RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS CONTRATADOS

1.6.4.1 A quantidade de **1.200 licenças** da solução **Varonis DatAdvantage** foi dimensionada a partir da análise do ambiente de diretórios do Tribunal, que atualmente conta com **797 contas ativas** e **1.369 contas inativas**, totalizando **2.166 contas cadastradas** no **Active Directory (AD)**.

1.6.4.2 Embora o número de contas ativas represente o público atualmente em uso contínuo dos recursos de rede, é tecnicamente necessário prever uma quantidade superior de licenças por razões operacionais e de segurança, conforme descrito a seguir:

1.6.4.3 Auditoria e rastreabilidade de contas inativas:

1.6.4.3.1 As contas inativas mantêm vínculos históricos com permissões, grupos e recursos de rede (como pastas compartilhadas e servidores). O Varonis, como solução de auditoria e monitoramento, precisa **abranger essas identidades para compor trilhas de auditoria completas**, permitindo a **identificação de acessos pretéritos e a detecção de riscos residuais** (por exemplo, contas inativas com permissões ainda ativas em diretórios sensíveis).

1.6.4.3.2 Assim, parte das licenças deverá ser **utilizada de forma esporádica ou rotativa** para fins de análise e auditoria de contas inativas, sem consumo contínuo, mas necessária para a integridade da cobertura do ambiente.

1.6.4.4 Gestão dinâmica de identidades:

1.6.4.4.1 O ambiente de diretórios sofre **constantes variações** em razão da entrada e saída de servidores, estagiários e terceirizados, bem como de reativações temporárias de contas. Essas movimentações exigem **margem técnica de licenciamento** para que o monitoramento não seja interrompido nem dependa de novos processos de aquisição a cada alteração do quadro de usuários.

1.6.4.4.2 Dessa forma, o quantitativo de **1.200 licenças** permite a **gestão dinâmica e contínua das identidades**, cobrindo picos de uso, reativações pontuais e movimentações administrativas sem prejuízo à operação.

1.6.4.5 Cobertura de segurança integral do diretório:

1.6.4.5.1 A solução Varonis opera com base na **auditoria contínua de permissões e acessos do Active Directory**, sendo recomendável que o **escopo de licenciamento ultrapasse o número de usuários ativos**, garantindo a **visibilidade total sobre contas desativadas, obsoletas ou temporárias**. Essa abordagem está alinhada às boas práticas de **governança de identidades e controle de acesso** (IAM – *Identity and Access Management*), que preconizam o monitoramento de **todas as contas conhecidas**, independentemente do status de atividade.

1.6.5 ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1.6.5.1 A tabela abaixo apresenta o custo estimado para a aquisição dos itens.

Item	Descrição	Métrica	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1	LICENÇA DE USO, COM GARANTIA, DE SOFTWARE DE PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE USUÁRIOS DO MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY, SERVIDORES DE ARQUIVOS ON PREMISE WINDOWS OU LINUX E NAS (Network Attached Storage) POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES.	UN	1200		
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO (PARCELA ÚNICA).	UN	01		
3	TREINAMENTO OFICIAL, NA FORMA REMOTA (ONLINE), COM DURAÇÃO DE 20 HORAS, PARA ATÉ 10 (DEZ) PARTICIPANTES (PARCELA ÚNICA).	TURMA	01		
Custo Total da Contratação (R\$)					

Tabela 5 - Detalhamento do valor estimado da contratação

1.7 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.7.1 Considerando a análise técnica, funcional e econômica realizada, **declara-se a viabilidade da contratação da solução Varonis DatAdvantage para o TRE-SE.**

1.7.2 A solução atende integralmente aos requisitos definidos, apresenta compatibilidade com a infraestrutura da Justiça Eleitoral e está em conformidade com as diretrizes de cibersegurança institucional. O custo estimado é compatível com os benefícios esperados, abrangendo aquisição, instalação, suporte, manutenção e capacitação.

1.7.3 Dessa forma, a contratação é **considerada viável**, justificando a adoção da solução para

atender às demandas do TRE-SE, reforçando a **estratégia de padronização, segurança e eficiência operacional** da Justiça Eleitoral.

2. CAPÍTULO 2: SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

2.1 ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

2.1.1 O ambiente de TI do **TRE-SE** é compatível com a solução **Varonis DatAdvantage**, atendendo aos requisitos de hardware, software, rede e integração com sistemas legados. Essa compatibilidade garante **implantação eficiente, operação segura e desempenho adequado**, sem necessidade de alterações significativas na infraestrutura existente.

2.2 RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

2.2.1 Recursos Humanos

2.2.1.1 Não se aplica.

2.2.2 Recursos Material

2.2.2.1 Não se aplica.

2.3 CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

2.2.3 Não se aplica à presente contratação, uma vez que a entrega será imediata e única.

2.4 TRANSIÇÃO CONTRATUAL E ENCERRAMENTO DO CONTRATO

2.4.1 O planejamento de transição contratual não se aplica à presente contratação, uma vez que a entrega das licenças será imediata e única, não havendo necessidade de etapas de transferência ou continuidade de serviços entre contratos.

2.4.2 O estudo de viabilidade de manter a solução deve ser iniciado em até 120 (cento e vinte) dias do encerramento deste contratação.

2.5 ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

2.5.1 No contexto do **TRE-SE**, a **estratégia de independência tecnológica** se materializa ao:

- Adotar soluções amplamente utilizadas por outros Tribunais (como o Varonis DatAdvantage), o que **mantém padronização institucional sem criar dependência exclusiva**;
- Garantir que, mesmo havendo alinhamento com uma solução específica no momento, a

arquitetura técnica e contratual preserve a liberdade de futura substituição ou ampliação, caso surjam novas tecnologias mais vantajosas;

- Assegurar que os dados e trilhas de auditoria gerados permaneçam **sob controle do órgão**, armazenados em **ambiente on-premise**, de modo que o TRE-SE **não dependa do fornecedor para acesso ou continuidade do serviço**.

3. CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

REQUISITOS	AVALIAÇÃO
3.1 Natureza do objeto	<input checked="" type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> fornecimento contínuo <input type="checkbox"/> serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> serviços não contínuos ou contratados por escopo <input type="checkbox"/> Outros: _____
3.2 Enquadramento como bem/ serviço comum ou especial	<input checked="" type="checkbox"/> bens/serviços comuns <input type="checkbox"/> bens/serviços especiais <input type="checkbox"/> serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual <input type="checkbox"/> Outros: _____
3.3 Regime de contratação recomendado	<input type="checkbox"/> empreitada por preço unitário <input checked="" type="checkbox"/> empreitada por preço global <input type="checkbox"/> Outros: _____
3.4 Vigência do contrato	24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato.
3 . 5 Forma/meio de contratação recomendada	<input checked="" type="checkbox"/> Licitação <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação <input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação <input checked="" type="checkbox"/> Adesão a ata de registro de preços <input type="checkbox"/> Participação em compra compartilhada <input type="checkbox"/> Outros: _____

REQUISITOS	AVALIAÇÃO
3 . 6 Modalidade de licitação (art. 28, inciso I, c/c art. 29, da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão <input type="checkbox"/> Concorrência <input type="checkbox"/> Concurso <input type="checkbox"/> Leilão <input type="checkbox"/> Diálogo competitivo
3.7 Adoção de Sistema de Registro de Preços (SRP)	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
3.7.1 Utilização da Intenção de Registro de Preços (IRP)	Não se aplica
3.7.2 Permissão à Adesão à Ata de Registro de Preços	Há possibilidade a depender do valor de referência
3.8 Parcelamento do objeto	<input type="checkbox"/> Parcelado. <input checked="" type="checkbox"/> Não parcelado. <i>Justificativa:</i> A aquisição proposta refere-se a uma solução integrada de software de auditoria, monitoramento, automação e controle em ambiente Microsoft on-premise , incluindo licenciamento, implantação, treinamento oficial e suporte . O parcelamento do objeto não é viável , pois cada componente da solução é interdependente : a implantação depende do licenciamento, o treinamento da equipe só é efetivo após a instalação, e o suporte está vinculado à configuração completa. Separar essas etapas comprometeria a eficácia, integridade funcional e continuidade operacional . A contratação integral também garante eficiência, economicidade e padronização , evitando retrabalho, incompatibilidades e custos adicionais, alinhando-se às boas práticas de governança de TIC e segurança da informação .
3.9 Adjudicação do objeto	<input checked="" type="checkbox"/> menor preço por grupo de itens (lote) <input type="checkbox"/> menor preço por item <input type="checkbox"/> maior desconto
3.10 Normas técnicas e regulamentos aplicáveis	As normas técnicas e os regulamentos aplicáveis à presente contratação estão descritos neste Estudo Técnico Preliminar.

REQUISITOS	AVALIAÇÃO
3.11 Tratamento diferenciado para ME/EPP	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <i>Justificativa:</i> A contratação envolve solução tecnológica complexa e crítica , com licenciamento, implantação, treinamento e suporte especializado. Apenas fornecedores com capacidade técnica comprovada podem atender integralmente às necessidades do órgão, tornando impraticável o tratamento diferenciado a ME/EPP .
3.12 Caráter sigiloso do orçamento estimado	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <i>Justificativa:</i> Para preservar a competitividade, conforme art. 24, §1º da Lei 14.133/2021.
3.13 Participação de consórcios	<input type="checkbox"/> Permitida <input checked="" type="checkbox"/> Vedada <i>Justificativa:</i> Não será permitida a participação de empresas em consórcio, pois o fornecimento de licenças de software não demanda tal modalidade. Uma única empresa com portfólio adequado tem condições de atender integralmente às demandas previstas, não havendo justificativa para a formação de consórcios no presente processo.
3.14 Participação de sociedades cooperativas	<input type="checkbox"/> Permitida (Art. 16 da Lei 14.133/2021) <input checked="" type="checkbox"/> Vedada <i>Justificativa:</i> Não será permitida a participação de pessoas físicas e cooperativas, pois a contratação exige estrutura mínima — equipamentos, instalações e corpo técnico — incompatível com a natureza profissional da pessoa física (art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021) e com as diretrizes para cooperativas (art. 10 da IN SEGES nº 05/2017).
3.15 Subcontratação	<input type="checkbox"/> Permitida <input checked="" type="checkbox"/> Vedada <i>Justificativa:</i> Não será permitida a subcontratação, pois o fornecimento do software de auditoria, monitoramento, automação e controle, sua implantação e treinamento constituem um objeto indivisível. A execução por uma única empresa garante padronização técnica, segurança da informação, responsabilidade única e maior eficiência na gestão contratual.

REQUISITOS	AVALIAÇÃO
3.16 Vistoria prévia	<input type="checkbox"/> Necessária <input checked="" type="checkbox"/> Dispensada <i>Justificativa:</i> Não necessária em razão da natureza do objeto.
3.17 Apresentação de amostras, exames de conformidade ou provas de conceito	<input type="checkbox"/> Sim. <i>Critérios:</i> <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
3.18 Critérios de qualificação fornecedor - HABILITAÇÃO JURÍDICA	<input checked="" type="checkbox"/> SIM: Nos termos do Termo de Referência <input type="checkbox"/> NÃO é obrigatória a autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

REQUISITOS	AVALIAÇÃO
3.19 Critérios de qualificação do fornecedor - TÉCNICA-OPERACIONAL E TÉCNICA-PROFISSIONAL	<p>X SIM. <i>Detalhes:</i></p> <p>1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.</p> <p>2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:</p> <p>2.1 Fornecimento de licenciamento de software, permanente ou por subscrição, referente a solução PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE USUÁRIOS PARA AMBIENTE ON-PREMISE ou AMBIENTE DE NUVEM (MICROSOFT SHAREPOINT ONLINE OU GOOGLE DRIVE OU AWS S3), incluindo serviços de parametrização, operacionalização e implantação, no quantitativo mínimo de 600 (seiscentos) usuários, cujo(s) atestado(s) de capacidade técnica comprove fornecimentos do Item 1 (ou similar) desde Termo de Referência.</p> <p>2.2 Prestação de SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL E INVESTIGAÇÃO DE COMPORTAMENTOS SUSPEITOS, ou equivalente, por prazo mínimo de 12 (doze) meses.</p> <p>2.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.</p> <p>2.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.</p> <p>2.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.</p> <p><input type="checkbox"/> NÃO</p>
3.20 Critérios de qualificação do fornecedor - ECONÔMICO-FINANCEIRA	<p>X SIM. <i>Detalhes:</i> Nos termos do Termo de Referência</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
3.21 Garantia de proposta	<p><input type="checkbox"/> Sim. <i>Detalhes:</i></p> <p>X Não</p>
	<p><input type="checkbox"/> Sim. <i>Detalhes: Justificativa:</i></p>

REQUISITOS	<div>X Não</div> AVALIAÇÃO
<p>3.22 Garantia de execução contratual</p>	<p>1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, e deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.</p> <p>1.1 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.</p> <p>1.2 A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.</p> <p>1.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.</p> <p>1.4 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.</p> <p>1.5 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.</p> <p>1.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:</p> <p>a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;</p> <p>b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e</p> <p>c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.</p> <p>1.7 Quando houver opção pela modalidade seguro-garantia, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contados da homologação da licitação e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 4.32, observada a legislação que rege a matéria.</p> <p>1.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.</p>

REQUISITOS	<p>AVALIAÇÃO</p> <p>1.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro</p>
	<p>em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.</p> <p>1.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.</p> <p>1.11 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.</p> <p>1.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.</p> <p>1.13 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.</p> <p>1.14 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).</p> <p>1.15 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.</p> <p>1.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.</p> <p>1.17 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.</p> <p>1.18 O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste contrato.</p> <p>1.19 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.</p>
<p>3.23 Classificação do conteúdo do estudo técnico</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim (conteúdo classificado)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p><i>Justificativa:</i></p>

REQUISITOS	AVALIAÇÃO
3.24 Margem de preferência	<input type="checkbox"/> Sim. <i>Detalhes:</i> <i>Justificativa:</i> <input checked="" type="checkbox"/> Não: A aplicação da margem de preferência não é viável , pois a solução a ser adquirida é o software Varonis DatAdvantage , que não possui versão nacional .
3.25 Equipe de apoio à contratação	<p><u>Integrantes Demandantes</u> Titular: Fernando de Souza Lima (NAC/STI). Substituta(o): Cosme Rodrigues de Souza (COINF/STI).</p> <p><u>Integrantes Técnica(o)s</u> Titular: Selmo Pereira de Almeida (ASSEC/STI). Substituta(o): André Amancio de Jesus (ASSEC/STI).</p> <p><u>Integrantes Administrativa(o)s</u> Titular: Ricardo Loeser de Carvalho Filho (ASPLAN-SAO). Substituta(o): Valéria Maria dos Santos (ASPLAN-SAO).</p>
3.26 Equipe de gestão do contrato	<p><u>Gestora(or)</u> Titular: Fernando de Souza Lima (NAC/STI). Substituta(o): Cosme Rodrigues de Souza (COINF/STI).</p> <p><u>Fiscais Técnica(o)s</u> Titular: Selmo Pereira de Almeida (ASSEC/STI). Substituta(o): André Amancio de Jesus(ASSEC/STI).</p> <p><u>Fiscais Administrativa(o)s</u> Titular: Ricardo Loeser de Carvalho Filho (ASPLAN-SAO). Substituta(o): Valéria Maria dos Santos (ASPLAN-SAO).</p>
3.27 Capacitação da Equipe de gestão do contrato	<input type="checkbox"/> Há necessidade de capacitação. <input checked="" type="checkbox"/> Não há necessidade de capacitação.

REQUISITOS	AVALIAÇÃO
3.28 Outras informações relevantes (exemplo: Política de Segurança da Informação e Privacidade; Critérios de sustentabilidade exigidos; etc)	

4. CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE RISCOS

4.1 RISCOS MAPEADOS

4.1.1 Não foram identificados riscos mapeados.

5. APROVAÇÃO E ASSINATURA

INTEGRANTE TÉCNICO

FERNANDO DE SOUZA LIMA

Matrícula: 30923292

Aracaju, datado e assinado eletronicamente

INTEGRANTE DEMANDANTE

SELMO PEREIRA DE ALMEIDA

Matrícula: 30923135

Aracaju, datado e assinado eletronicamente

6. CIÊNCIA DA INSTÂNCIA DELIBERATIVA DE TIC

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

JOSÉ CARVALHO PEIXOTO

Secretário de TIC
Matrícula: 309R639

Aracaju, datado e assinado eletronicamente

7. ANEXOS

Anexo A – Lista de Potenciais Fornecedores

	FORNECEDOR
1	JAMC CONSULTORIA E REPRESENTACAO DE SOFTWARE LTDA Site: E-mail: juridico@petacorp.com.br Telefone: (61) 2017-0771
2	INFOSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Site: E-mail: contato@infosecti.com.br Telefone: (61) 3248-3829
3	Razão social do fornecedor N Site: E-mail: Telefone: (DDD) xxxx-xxxx

Anexo B – Propostas Comerciais

Anexo C – Contratações Públicas Similares



Documento assinado eletronicamente por **SELMO PEREIRA DE ALMEIDA, Assessor(a)**, em 03/11/2025, às 10:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARVALHO PEIXOTO, Secretária(o)**, em 03/11/2025, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DE SOUZA LIMA, Técnica(o) Judiciária(o)**, em 03/11/2025, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO, Diretor(a)-Geral**, em 28/11/2025, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1759790** e o código CRC **8037E275**.